

Em Tese

COMENTÁRIOS A UM DELÍRIO MILITARISTA

Comments on a militaristic delirium

Comentarios sobre un delirio militarista

Bárbara Duwe Lima

Doutoranda em Sociologia e Ciência Política

Universidade Federal de Santa Catarina,

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política,

Florianópolis, Brasil

barbara.duwe96@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-5422-9271>

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo



DOMINGOS NETO, Manuel. **Comentários a um delírio militarista**. Fortaleza: Gabinete de Leitura, 2022. 313 p.

Em maio de 2022, em parceria, o Instituto Sagres, o Instituto Federalista e o Instituto General Villas Bôas realizaram o lançamento do “Projeto de Nação: O Brasil em 2035”. Sob coordenação do general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva, o documento emprega uma metodologia desenvolvida pelo Instituto Sagres, intitulada “Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica (FIGE)”. Apresentado como uma espécie de “Estratégia Nacional” ou “Política Nacional, ou Grande Estratégia, ou ainda, Plano de Estado” (nas palavras do próprio documento), o projeto é desenhado a partir da elaboração de “Cenários Prospectivos” que culminam na descrição de um “Cenário Foco”.

Para propor “Objetivos Nacionais (ou Políticos) e Diretrizes Político-Estratégicas”, o texto é dividido em 37 temas estratégicos definidos com base no diagnóstico dos autores a respeito de pontos que eles consideram desafios, nacionais e internacionais, fundamentais para o desenvolvimento do país. Dentre eles, estão governança e administração pública, defesa e segurança nacional, educação, saúde, economia, infraestrutura, ciência e tecnologia, meio ambiente, relações internacionais e integração da Amazônia.

Esses temas são tratados de maneira padronizada, seguindo uma estrutura interna fixa que se repete ao longo do documento. Em cada um, o texto apresenta inicialmente uma análise de contexto, na qual são descritas as incertezas e condicionantes que podem afetar o futuro do país até 2035. Em seguida, é delineado um cenário projetivo — chamado de “cenário foco” — que representa a situação desejada para o Brasil naquele horizonte temporal. A partir dessa projeção, o documento define objetivos estratégicos e diretrizes de ação, indicando quais políticas públicas e medidas institucionais seriam necessárias para alcançar o cenário idealizado. Por fim, cada seção identifica os principais obstáculos (“óbices”) que poderiam dificultar a implementação dessas propostas.

Além da organização temática, o documento também propõe uma estrutura institucional de suporte para viabilizar as transformações sugeridas. O principal elemento proposto nesse sentido é a criação de um “Centro de Governo” e de um “Sistema Integrado de Gestão Estratégica do Brasil (SIGE-BR)”, mecanismos que teriam a função de coordenar, monitorar e avaliar as políticas públicas de forma centralizada e contínua.

Em “Comentários a um delírio militarista”, Manuel Domingos Neto organiza uma coletânea de análises críticas com o objetivo explícito de mapear, desconstruir e contrapor as proposições políticas, econômicas e sociais que compõem o que seus autores identificam

como um projeto de poder de matriz militarista. Trata-se de 40 autor entre historiadores, cientistas políticos, economistas, professores, jornalistas, personalidades e ativistas – que abordam o tema a partir de campos distintos: análise histórica, institucional, econômica, agrária, de saúde pública, de direitos civis, entre outros. O volume funciona tanto como um compêndio de refutações pontuais (capítulo a capítulo) quanto como uma leitura panorâmica das implicações sociais e democráticas das propostas e ambições contidas no projeto castrense.

No texto de apresentação do livro, ao dissertar sobre a relação histórica entre as instituições militares e o poder político no Brasil, em especial o papel de destaque que os militares exerceram no governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), Domingos Neto observa: “Hoje, a cidadania não sabe o que esperar das corporações armadas. Frente às ameaças ao regime democrático, acompanha, apreensiva, as declarações indecorosas e os silêncios cúmplices de personalidades militares”. O argumento consiste numa boa síntese da importância e relevância que uma obra como essa possui para entender pensamentos e proposições de grupos militares brasileiros.

A escolha de começar a análise do “Projeto de Nação” sob a perspectiva da solenidade de lançamento do documento é importante para situar os agentes envolvidos em sua publicação. O capítulo escrito por Marcelo Godoy descreve um cenário no qual autoridades civis e militares – dentre elas o então vice-presidente, general Hamilton Mourão e o então chefe de Estado-Maior do Exército, general Valério Stumpf –, cercadas pela simbologia castrense e embaladas por uma banda militar, se reuniram para celebrar o lançamento de seu projeto político.

Antes de entrar no mérito de avaliar o teor das ideias e conceitos apresentados pelo documento, a análise de Francisco Carlos Teixeira se dedica a observar não o conteúdo em si, mas sim quem o fala, partindo de qual lugar e de que maneira. Para o autor, os recursos de linguagem mobilizados no Projeto atestam a sua natureza militarista-autoritária, adotando um tom profético e deliberadamente confuso. O contexto no qual o “Projeto de Nação” foi divulgado e publicado é examinado por Eliézer Rizzo de Oliveira. Em um ambiente de acirramento da disputa eleitoral, o documento surge como uma manifestação do que o autor chama de “partido verde-oliva” e revela, mais do que o desejo de permanecer no poder, a intenção de militarizar a vida política e cultural do povo brasileiro. Na sequência, José Genoíno destaca como implicação conjuntural do documento, a tendência militar de olhar para a organização social a partir da ideia de “castas”, colocando-se como superiores à sociedade e tratando a política como nocivo.



A partir disso, o livro se debruça sobre os 37 temas que compõem o “Projeto”. Na continuidade dos capítulos, cada autor tece sua linha em uma teia que, ao fim, se sustenta em uma tese comum: o “Brasil em 2035”, como concebido pelos militares, é um país que revive o passado. Os autores comentam esse delírio militarista sob a ótica dos diversos campos abordados pelos signatários do documento, e a organização de Domingos Neto cumpre o papel fundamental de estabelecer uma sequência a partir da qual ganha corpo a ideia que Millôr Fernandes (citado por Roberto Amaral na abertura de seu capítulo) sintetiza muito bem: “O Brasil tem um grande passado pela frente”.

Nesse sentido, o debate conceitual elaborado nos textos de Gilberto Maringoni, Eduardo Costa Pinto, João Quartim de Moraes e Rodrigo Lentz explora como o vocabulário político do documento apela para termos opacos. A palavra “nação”, frequentemente empregada como sinônimo de “pátria”, “sociedade”, “país” ou até “Estado”, cumpre o propósito de invocar sentimentos variados e comprova o fato de que o projeto castrense está fundamentado em conceitos antigos. Além disso, a escolha de termos como “politicamente correto”, “marxismo cultural” e “globalismo”, ao mesmo tempo que fazem um aceno à militância conservadora, constituem indícios de intenções regressistas.

No que se refere à inserção do Brasil no sistema internacional, Williams Gonçalves identifica um padrão de raciocínio que tenta disfarçar seus traços de passado, porém segue orientado pelo mesmo pensamento militar adotado durante a Guerra Fria. Declara-se uma postura de não-alinhamento e pretensa neutralidade, ao passo que fica evidente a propensão de estabelecer aliança estratégica com os Estados Unidos, em oposição aos estigmatizados inimigos chineses e russos. A tática de incitar o medo, ao pautar ameaças externas que buscam se infiltrar no país para dominá-lo, se traduz na concepção de “capital estrangeiro” ou de “interferências estrangeiras”, mobilizada em diversas passagens e apontada por múltiplos autores da coletânea organizada por Domingos Neto.

Um grande inimigo do “Projeto”, identificado por João Carlos Sales, Luiz Martins Melo, Olival Freire Júnior e pelo organizador do livro, é o mundo acadêmico. Os autores analisam que as universidades públicas, sobretudo seus pilares de pesquisa e produção de conhecimento científico, são apresentadas de forma deliberadamente confusa e marcada por inconsistências que endossam o negacionismo característico do governo bolsonarista. Junto disso, Catarina de Almeida argumenta que a proposta de militarização de escolas públicas – gerando as chamadas “escolas cívico-militares” – atentam contra o ordenamento constitucional e a aspiração por um país verdadeiramente democrático.

negação e desvalorização da ciência imprime traços ainda mais perversos quando atinge o aparato estatal de saúde, com propostas de desmonte do Sistema Único de Saúde abordadas nos textos de José Gomes Temporão e Walter Cintra Ferreira Junior.

O retorno ao passado também se expressa no sonho de um país exportador de *commodities*, cujas propostas são analisadas por Rodrigo Medeiros, Juliane Furno, Davi Antunes, Marília Tunes Mazon, João Pedro Stédile e Ricardo Ruiz. Nadando contra a maré da literatura que denuncia a dívida social do Estado brasileiro para com seu povo, decorrente das práticas escravocratas e da concentração de terra e renda, o “Projeto de Nação” ignora problemas como a insegurança alimentar, a superexploração de trabalhadores rurais, a desigualdade social no campo, a dificuldade de acesso a escolas em municípios no interior do país e as diversas práticas que agredem o meio ambiente. Na coletânea, os autores denunciam a ausência de preocupação com os trabalhadores que alimentam os brasileiros e desmontam a mitologia relativa ao desenvolvimento centrado no agronegócio e na exportação de minérios.

Nas medidas propostas para a Amazônia – tema muito caro aos signatários do documento – Manuel Domingos Neto, Adriana Marques e Gustavo Guerreiro situam a “demonstração mais eloquente da índole colonial das fileiras”. De maneira complementar, os textos de Ennio Candotti, Eron Bezerra e Cristina Serra destacam a postura dos militares diante dos povos originários e desmascaram a fragilidade de sua “visão tecnocrática”. Mais do que desconsiderar problemas ambientais e humanitários, o “Projeto de Nação” opera em torno de uma mentalidade que relega embates históricos e visa alcançar a “Coesão nacional e sentimento coletivo de Pátria”.

Diante disso, Roberto Amaral aponta que a imposição da coesão, na proposta castrense, levaria a um aprofundamento da fragmentação da comunidade nacional. Para Mônica Dias Martins, esse projeto prevê a preservação da estrutura patriarcal, machista e homofóbica que rege a sociedade brasileira. Da mesma forma, Lincoln de Abreu Penna demonstra como a pretensão de democracia do documento é falsa, posto que segue o modelo de uma estrutura de poder que serve ao domínio do Ocidente. No modelo de gestão proposto pelos militares, o futuro conservador é embasado em categorias utilizadas na guerra, a partir do que Piero Leirner denomina “sistema híbrido”. Medidas como estabelecer um “Centro de Governo” e alçar a Secretaria de Assuntos Estratégicos ao nível de superministério, a fim de conduzir um “Sistema Integrado de Gestão Estratégica”, constituem iniciativas legislativas capazes de configurar um país regido pela vontade castrense.

O retorno ao passado também se expressa no sonho de um país exportador de *commodities*, cujas propostas são analisadas por Rodrigo Medeiros, Juliane Furno, Davi Antunes, Marília Tunes Mazon, João Pedro Stédile e Ricardo Ruiz. Nadando contra a maré da literatura que denuncia a dívida social do Estado brasileiro para com seu povo, decorrente das práticas escravocratas e da concentração de terra e renda, o “Projeto de Nação” ignora problemas como a insegurança alimentar, a superexploração de trabalhadores rurais, a desigualdade social no campo, a dificuldade de acesso a escolas em municípios no interior do país e as diversas práticas que agredem o meio ambiente. Na coletânea, os autores denunciam a ausência de preocupação com os trabalhadores que alimentam os brasileiros e desmontam a mitologia relativa ao desenvolvimento centrado no agronegócio e na exportação de minérios.

Nas medidas propostas para a Amazônia – tema muito caro aos signatários do documento – Manuel Domingos Neto, Adriana Marques e Gustavo Guerreiro situam a “demonstração mais eloquente da índole colonial das fileiras”. De maneira complementar, os textos de Ennio Candotti, Eron Bezerra e Cristina Serra destacam a postura dos militares diante dos povos originários e desmascaram a fragilidade de sua “visão tecnocrática”. Mais do que desconsiderar problemas ambientais e humanitários, o “Projeto de Nação” opera em torno de uma mentalidade que relega embates históricos e visa alcançar a “Coesão nacional e sentimento coletivo de Pátria”.

Diante disso, Roberto Amaral aponta que a imposição da coesão, na proposta castrense, levaria a um aprofundamento da fragmentação da comunidade nacional. Para Mônica Dias Martins, esse projeto prevê a preservação da estrutura patriarcal, machista e homofóbica que rege a sociedade brasileira. Da mesma forma, Lincoln de Abreu Penna demonstra como a pretensão de democracia do documento é falsa, posto que segue o modelo de uma estrutura de poder que serve ao domínio do Ocidente. No modelo de gestão proposto pelos militares, o futuro conservador é embasado em categorias utilizadas na guerra, a partir do que Piero Leirner denomina “sistema híbrido”. Medidas como estabelecer um “Centro de Governo” e alçar a Secretaria de Assuntos Estratégicos ao nível de superministério, a fim de conduzir um “Sistema Integrado de Gestão Estratégica”, constituem iniciativas legislativas capazes de configurar um país regido pela vontade castrense.

A análise de Leirner é complementada pelos capítulos escritos por Guilherme Lemos, Priscila Carlos Brandão e Ana Penido. Além de dissertar sobre a estrutura administrativa projetada pelos militares, os autores refletem sobre o papel de serviços de inteligência bem estruturados em regimes totalitários. Para Marcio Pochmann, a formulação de proposições agressivas como essas são fruto do surgimento de uma política antidesenvolvimentista que compreenderia os militares no fenômeno da “mentalidade gerencialista”, hoje integrada à cultura dos quartéis. Assim, o delírio militarista vai além do controle das instituições armadas – pressupõe a supressão das liberdades civis, a subtração da autoridade civil e a subordinação da ordem política. É o que assinala Luiz Eduardo Soares, no que concerne às propostas voltadas à segurança pública. Segundo o autor, mais uma vez, o documento não considera o conhecimento acumulado sobre o tema para propor a intensificação de práticas que agravariam problemas já existentes, como é o caso da violência policial e do racismo.

Éder Luiz Martins e Denis Maracci Gimenez compartilham do mesmo argumento. Em seu registro a respeito da formação do policial-soldado, os autores constataam que o Estado concebido pelo “Projeto de Nação” tem por fim formar homens que tomam a cidadania como inimiga – o que reflete o “entulho autoritário” que forças progressistas não conseguiram eliminar, herança dos anos de chumbo. Uma consequência disso surge no capítulo redigido por Michel Misse, acerca do sistema prisional brasileiro: um “depósito de gente” invisível à sociedade e inteiramente fora da ordem legal, cujas condições extremamente precárias reproduzem os desdobramentos do colonialismo escravista. Misse enxerga nas proposições castrenses, seja por ignorância ou desprezo, não um projeto, mas um “retrovisor nostálgico e gerencial de seus tempos autoritários”.

O mesmo acontece nas propostas relativas à Defesa nacional. Marcelo Pimentel Jorge de Souza e Domingos Neto, intrigados com a forma superficial, imprecisa e contraditória através da qual a especialidade dos militares é abordada no projeto, concluem que tal escassez revela o real objetivo dos autores do documento: firmar posições político-ideológicas e projetar o desejo de domínio sobre a “nação”. Guiados pela crença de que essa é a verdadeira missão da caserna, eis então a importância de entender a obra dos Institutos Sagres, Federalista e Villas-Boas como uma publicação reveladora do pensamento militar.

A combinação de “planejamentos estratégicos temáticos”, “cenários prospectivos” e “propostas de governança centralizada” confere ao “Projeto de Nação” uma aparência de

“plano técnico e racional de Estado”. No entanto, a coletânea de textos organizada por Domingos Neto ajuda a visualizar, de maneira ampla e sistemática, como essa estrutura expressa uma visão hierarquizada e controlada de governo, com forte influência do pensamento militar e tecnocrático. Refletindo sobre o “Projeto de Nação” a partir das disputas de narrativa no contexto político em que ele está inserido, “Comentários a um delírio militarista” se preocupa em abordar todos os aspectos do documento, não só identificando os problemas e contradições em seus argumentos, mas contra-argumentando com propriedade e fundamento. Mais do que analisar aquilo que foi dito, revela o que está nas entrelinhas – um museu de grandes novidades.



NOTAS

HISTÓRICO –

RECEBIDO:21/10/2025
APROVADO:23/02/2026
PUBLICADO:18/03/2026

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina realizado via Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) durante todo o período de doutorado por meio do edital de chamada pública CP 62/2024.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

LICENÇA DE USO –

Os autores cedem à Em Tese os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER –

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

